15/02/2019.

TESSARO, N.S. (2005). Inclusão Escolar Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial. São Paulo: Casa do Psicólogo.2005

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

A CULTURA AFRO BRASILEIRA EM AMBIENTE ESCOLAR

DENAIR ARAUJO DE LIMA ORTUNES

RESUMO

O estudo tem a responsabilidade de dar respostas a duas questões: Como trabalhar a cultura africana e afro-brasileira na educação infantil? Há um planejamento específico para esse tipo de abordagem? Justifica-se a temática uma vez que o racismo e o preconceito se fazem presentes em todos os lugares e esse tipo de ato não exclui as escolas. Para desenvolvimento de tal estudo realizou-se a pesquisa bibliográfica, cuja base teórica inclui BRASIL, CRUZ, ROMÃO, ROCHA e outros autores. A Educação Infantil dispõe de espaços elevados para lidar com a diversidade étnica existente na cultura brasileira, porque é nesta fase da educação básica que se inicia o processo de escolarização da criança. O artigo a seguir tratará sobre a abordagem da cultura africana e afro-brasileira, considerando-se os níveis de dificuldades em abordá-las no contexto educacional. O principal objetivo do estudo é de desconstruir o racismo e discriminação existentes no âmbito escolar e, a partir desta prática, estender um novo comportamento para o dia a dia da criança. Para tal, será utilizado o conhecimento como meio de desenvolver práticas no contexto escolar onde, na educação infantil, sobretudo, pode-se viabilizar tais estudos por meio de múltiplos métodos, como por exemplo, através da leitura, movimentos corporais, arte, entre outros. Transcorreu, ainda, sobre o olhar brasileiro, dentro da legislação, frente a cultura africana.

Palavras-chave: Educação Infantil; Cultura Africana; Afro-Brasileira; Responsabilidade; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é o lugar proposto para a construção do conhecimento, no desenvolvimento de um ser crítico e atuante enquanto cidadão, estabelecendo-se ali o respeito aos direitos humanos, ou seja, um espaço ideal para a equalização das diferenças enfatizando-se o valor das multiplicidades culturais que compõem a sociedade em sua totalidade. A pesquisa a seguir discutirá aspectos relacionados à abordagem da cultura africana e afro-brasileira, permitindo-se, através do estudo, desconstruir o racismo e discriminação existentes no âmbito escolar e, a partir desta prática, estender um novo comportamento para o dia a dia da criança. A Constituição da República Federativa do

Brasil determina que: "assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social" (BRASIL, 1988, p. 1).

Esses princípios estão em conformidade com a Declaração dos Direitos Humanos e, dentro das cláusulas adotadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96, que estipula que o trabalho com a diversidade deve refletir o respeito às diferenças e diversas manifestações culturais. E, a escola, no seu papel de Instituição, deve aperfeiçoar conhecimentos no mesmo instante em que compreende que a sociedade é ativa - que progride em transformações históricas constante, considerando-se que o método eficaz no processo de transformação social é a "quebra" de paradigmas existentes – responsável pela proliferação do preconceito, que deve ser estabelecido por meio de transformações profundas da estrutura existente no indivíduo, incluindo a sociedade como um todo. Assim, O principal objetivo do estudo é de desconstruir o racismo e discriminação existentes no âmbito escolar e, a partir desta prática, estender um novo comportamento para o dia a dia da criança.

Neste diapasão é válido trazer a colocação de Cardoso:

Lembrando que a investigação e análise sobre a identidade racial branca procura problematizar aquele que numa relação opressor/oprimido exerce o papel de opressor, ou por outras palavras, o lugar do branco numa situação de desigualdade racial (CARDOSO, 2014, p.610).

A Cultura Africana influenciou e influencia a cultura brasileira até hoje, pois está incorporada na mesma. Ela foi trazida para o Brasil através da chegada dos escravos vindos da África durante o período do tráfico negreiro. A diversidade cultural africana está intimamente ligada à diversidade dos escravos, pertencentes a diversas etnias, já que cada uma compreendia uma língua diferente, trazendo consigo tradições muito distintas.

O ambiente escolar é um espaço de construção, costumes e visões, como também de confirmação de preconceitos, cujas

raízes se ligam intrinsecamente a uma cultura de ignorância. Falta na população, conhecimento aprofundado, memória histórica e referência social. Ainda se apresenta no imaginário coletivo a figura do negro como sendo mais forte, motivo este da escravidão, ao mesmo tempo como sendo um ser apático, ou, tendo sua imagem associada à criminalidade, em situações duvidosas um potencial suspeito.

"Eu preciso do outro para ensinar, para encantar, para ser colocado no seu caminho, que é também o meu caminho" (VANDA MACHADO).

Neste artigo pretende-se discorrer sobre Educação e relações étnico-raciais na perspectiva da Lei 10.639/2003 e que versa sobre a formação de professores com foco em como pensar na erradicação do racismo, é de praxe lembrar de momentos históricos de grandes opressões e violências, tal como o holocausto.

No entanto, pouco se estuda sobre o Brasil, isso colabora para que haja uma sensação de que por estas terras não houve violência, o que é falso e para confirmar basta voltar os olhos para a colonização em que os negros foram massacrados e destituídos de todo o seu direito de praticar a sua cultura. Excluídos de quaisquer exercícios da cidadania, sem a mínima possibilidade de participação nos âmbitos culturais, econômicos e principalmente políticos, esse povo ajudou na construção do Brasil, mas foram eliminados da história oficial do mesmo.

DESCOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO

A problemática do racismo no Brasil nos impõe a necessidade de análise e de reestruturação do currículo existente nas unidades escolares, e pensando sobre isso também em nosso microcosmo, enquanto escola numa cidade metropolitana, é que vamos repensar o nosso currículo, uma vez que esse processo de descolonização deve refletir as nossas ações e práticas pedagógicas cotidianas.

A temática antirracista deve fazer parte de modo orgânico quando se pensa na elaboração dos documentos que regem a educação tanto pedagógica quanto institucionalmente, afirmando Gomes (2011, p. 108):

Portanto, a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente (GOMES, 2011, p. 108).

Neste aspecto, outro desafio que se apresenta aos professores e aos gestores educacionais é reconhecer a importância dos movimentos sociais e das políticas afirmativas no que tange à educação e o impacto nas práticas cotidianas educativas desenvolvidas no espaço escolar, a fim de que se possa obter de fato uma educação antirracista para pensar e propor ações de formação politicamente comprometidas com a prática, com a superação das desigualdades raciais entre as nossas crianças e que estas se mostrem potencialmente capazes de se impor diante à imposição de representações e produções eurocêntricas amplamente disseminadas em nosso meio social e pedagógico.

Atuarmos como professoras da educação infantil exige sobriedade para acolher as questões e conflitos raciais que venham a surgir e construir com as crianças ações positivas que possam extinguir o que foi deixado pelo racismo estrutural e institucional e que ainda reverbera nos conteúdos curriculares da educação.

É fato que as ações afirmativas aparecem nos diversos documentos que regem a Educação Infantil Paulistana e nas propostas de orientação curricular publicadas pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, mas ainda há muito a avançar para que os desdobramentos destas ações sejam realmente praticadas dentro das instituições, uma vez que o corpo docente precisa conhecer, refletir e escrever seu próprio currículo baseado não só na sua realidade mediante os conflitos que se apresentam, mas também no propósito de desvelar e contar uma história numa cosmovisão africana tendo como inspiração a ancestralidade e o encantamento pautados na ética libertária.

A lacuna existente entre o que nos expressa o currículo e nossa ação com as crianças aponta para a precariedade de ações que aprofundem a temática das manifestações afro-brasileiras. À medida em que os conflitos emergem em situações tanto com as crianças quanto entre adultos que fazem parte da comunidade escolar devem ser acolhidos, discutidos de modo a não serem silenciados ou esquecidos, o currículo deve ser, portanto, contestado e revisitado durante todo o tempo, adaptando-se às novas demandas que porventura surgirem.

Para ancorar as ações pedagógicas é necessário pensamento crítico-reflexivo com embasamentos teóricos a fim de favorecer a construção de saberes mais complexos que contribuam para o fortalecimento da autoestima das crianças e da comunidade escolar com relação a sua identidade étnico-racial. É imprescindível ter um repertório de teóricos na temática, para que não haja justificativa para o silenciamento das profissionais frente

aos conflitos em relação às questões raciais, assim aponta e segue afirmando Nilma Lino Gomes (2011, p. 107), no artigo Relações Étnico–Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos:

Na escola, no currículo e na sala de aula, convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos. Nesse contexto, a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. No que se refere à questão racial, há que se perguntar: por que não se fala? Em que paradigmas curriculares a escola brasileira se pauta a ponto de "não poder falar" sobre a questão racial? E quando se fala? O que, como e quando se fala? O que se omite ao falar? (GOMES, 2011, p. 107).

RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS

Temos a convicção de que a tradição que se sedimentou no seio da sociedade brasileira durante um longo espaço de tempo, fez surgir a necessidade da implementação de políticas que apontem para a solução de dilemas voltados para a inserção de alguns grupos nos espaços escolares.

As pretensões universalistas dos sistemas de ensino no Brasil de uma forma ou de outra, sempre foram pensadas no sentido de atender a determinados grupos sociais que sempre se perpetuaram no poder e, desse modo, instituiu, nesse ínterim uma tradição educacional, um molde para se encaixar as aspirações elitistas que sempre se estiveram em situação de controle.

Um modelo de educação que sempre atendeu às ambições elitistas no sentido de tentar dominar e por rédeas nos destinos do país. Nesse ponto cabe a seguinte reflexão, se a homogeneização universalista da escola criada no bojo dessas pretensões, tem fundações sólidas para atender a sociedade que se deseja.

As características que a escola necessita devem estar ligadas ao respeito à diversidade cultural e respeito às diferenças e proporcionar meios para que grupos étnicos ou culturais obtenham plena realização.

Como bem sabemos, a compreensão e abordagem dos conceitos ligados à diversidade, bem como o modo como as relações étnico-raciais são pensadas ou se configuram na sociedade brasileira estão relacionadas, em primeiro momento, as bases profundas da historicidade, isso pois não há de modo algum como compreender como essas relações são exercidas no hodierno sem conhecer como elas se estruturaram ao longo do processo histórico.

A construção do conceito de raça remonta historicamente o século XIX, marcado pela publicação das teorias Darwinianas que estabelecem diversos estudos que hão de especular a evolução humana – do homo sapiens – num olhar científico homogêneo.

Nesse bojo, Francis Galton (1822-1911) elabora sua teoria, denominada por ele de Eugenia, que a partir da hipótese de que a raça humana por passar por constantes evoluções biológicas deveriam ser acompanhadas a fim de acelerar o aperfeiçoamento esse processo: "Eugenia pode ser definida como a ciência que trata daqueles agentes sociais que influenciam, mentalmente ou fisicamente, as qualidades raciais das gerações" (GALTON, 1905 apud SILVA, 2007, p. 26).

Hoje sabemos que esses conceitos devem ser combatidos, e, ainda mais se nos voltarmos aos estudos das relações sociais, entretanto durante o limiar do XIX uma série

de cientistas asseguram que a ideia de "raça" não era prerrogativa apenas para atribuir as diferenças nas sociedades humanas era também determinante das potencialidades e dos comportamentos dos indivíduos, ali a mestiçagem ganhava contornos de inferioridade e degeneração: "Há hoje um grupo de ciências novas, que são de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico.

É a antropologia-sociologia, recente e formosa ciência, em cujas subscrições trabalham Gobineau, Lapouge e Ammon, gênios possantes; fecundos e originais" (VIANNA, 1987a).

Uma corrente de intelectuais brasileiros rumou nesse sentido e por esse motivo foram levados a lidar com uma parte dessas teorias e reconhecer outra. Destarte uma parcela significativa dos debates e discursos produzidos pelos intelectuais do final de século XIX e início do XX, acerca das potencialidades dos negros e mestiços calcavamse na direção da seguinte dúvida: as ideias de ordem, progresso e modernização poderá ser acompanhada por esses sujeitos?

Dentre os críticos literários, Sílvio Romero se manteve entre os mais astutos, ao abordar a questão racial, demonstrando uma constante preocupação com a nacionalidade brasileira, com a premência da formação de uma identidade nacional, com base na formação cultural e histórica do Brasil. A contradição encontrada em Romero repousa na ideia da miscigenação, pois para ele essa seria justificável se resultasse no branqueamento da nação, ou seja, se por meio da miscigenação

se eliminasse as “raças” inferiores em razão da superioridade do sangue branco.

A DEMOCRACIA

Como já pontuado anteriormente, o conceito de democracia racial surgiu da ideia de uma convivência harmoniosa entre brancos e negros. Muitos atribuem a autoria dessa expressão a Gilberto Freyre, entretanto, Campos (2002) sugere que esse termo foi usado pela primeira vez por Arthur Ramos (1943) no ano de 1941.

A difusão de que o Brasil era uma sociedade onde não havia uma divisão, uma

“linha de cor”, uma sociedade sem barreiras com bases em leis que impedissem a ascensão social, posições de prestígios, cargos oficiais de pessoas negras.

Essa imagem de uma sociedade livre e igualitária permeou o pensamento de europeus e norte-americanos, ao ponto de jornais norte-americanos negros recomendarem que os afro-americanos emigrassem para o Brasil.

Em contrapartida, os poucos negros e mestiços brasileiros que tinham a oportunidade de ir aos Estados Unidos sofriam na pele a discriminação, muitas vezes em estados que haviam lutado pela abolição ao lado de Lincoln (AZEVEDO, 1996, p.158).

Gilberto Freyre constrói um alicerce ideológico na obra Casa grande & senzala (1933) de que de fato existe uma “cultura brasileira” que é fruto de uma mescla, uma mistura das raças que aqui viviam. Entretanto, essa mescla que formou a mestiçagem tinha como principal objetivo ser uma espécie de marco, uma ponte que poderia estagnar e planificar as relações desajustadas entre os que aqui viviam – o negro, o branco e o índio.

Freyre deixa claro que ao seu ver:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre [...] a casa-grande e a senzala. [...] A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, 10 agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil. (POSFÁCIO DE CASA GRANDE & SENZALA, RIO DE JANEIRO, MAIA & SCHMIDT, 1933; p. 518)

O conceito da democracia racial é criticado por muitos por parecer uma espécie de “simplificação” das desigualdades raciais no país. Um fato que demonstra isso foram as agressões a Freyre no Recife que, em setembro de 1943, resultaram num manifesto integralista assinado pelo Diretório dos Estudantes da Universidade de Direito do Recife.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NO ÂMBITO ESCOLAR

A compreensão de preconceito se dá por meio das relações de poder em diversas esferas, sejam estas, sociais, políticas, econômicas, culturais, simbólicas, raça, etnia, cor, classe-social, gênero, diversidade, entre outras. Porém, todas as relações sociais que compõem os preconceitos existentes é, inicialmente, a falta de respeito à diversidade entre indivíduos de diferentes grupos, por meio de trocas sociais. Dessa maneira, analisar quanto a aceitação do diferente é papel principal para que tudo possa ser instituído e edificado. Faz-se necessário ressignificar a diferença, uma vez que esta não é ser melhor ou pior; simplesmente é. Na opinião de Brasil (1998, p. 117):

[...] a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”. Baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” que do que outros (BRASIL, 1998).

A discriminação contra o outro, muitas vezes é manifestada por meio de chacotas, brincadeiras de gosto duvidoso, olhares, manifestações preconceituosas que necessitam ser urgentemente abordadas no ambiente estudantil. Todos os dias ocorrem casos de preconceitos contra estudantes dentro das escolas, com piadas machistas, termos ofensivos, estereótipos afrontosos e sarcasmos – o bullying em si. Necessita-se ressaltar que é responsabilidade da escola não colaborar com a promoção de tais preconceitos:

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o

País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de ques-

tões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (BNCC, 2001, p. 21).

O educador possui um papel social a abordagem sobre o preconceito, no instante em que articula sobre a temática abertamente, sem receios ou ofensas àqueles que cometem o crime da intolerância. Com afabilidade e boa comunicação pode-se eliminar não somente o preconceito, mas evidenciar que os indivíduos que cometem tais provocações identifiquem o quão são manipulados, uma vez que reproduzem o que é determinado por uma sociedade intolerante.

Assegurar que o preconceito é o mesmo que discriminação é sintetizar a totalidade do preconceito e da discriminação, sendo que ambos estão interligados, mas, não possuem o mesmo sentido significativo, porém, envolvem sentidos comuns e que, dependendo do contexto em que ocorrem, pode-se defini-los como intolerâncias que devem ser debatidas e questionadas. Discriminar o outro pela cor o direciona ao preconceito. O papel da educação é fundamental na construção de novos modelos de aprendizagem, relacionamento, produção e transmissão do conhecimento e, acima de tudo no combate ao preconceito ou discriminação contra o indivíduo.

Os movimentos sociais das ações políticas brasileira abrangem "minorias" que compõem as batalhas diárias na busca por cidadania e participação democrática, sendo estes exemplos de resistências sociais que necessitam ser ouvidos e constituídos no contexto social e educacional, não simplesmente enquanto saldo de uma sociedade à margem, mas sim enquanto indivíduos sociais que estabelecem identidades e são responsáveis pela própria história, que precisam ser debatidas em sala de aula e, a partir de novos conceitos, o papel do professor é incentivar a edificação social de tais sujeitos, para que sejam legitimamente incorporados numa sociedade de direitos e deveres, com a finalidade de aperfeiçoar novas visões de mundo.

Existem diversas maneiras de se enxergar o outro, de partilhar de experiências culturais distintas, de abranger universos fundamentados em afinidade e relações humanas de tolerância, consideração, afeto, solidariedade e cidadania no que diz respeito ao reconhecimento integral de que é necessário conquistar a igualdade por meio da garantia de poder ser diferente, de introduzir um discurso aberto, franco, sólido e sem estigmas, que comumente estão fundamentados em preconceitos definitivamente inflexíveis, ou conforme Candau (2008, p. 5):

É necessário garantir a igualdade a partir do reconhecimento da diferença e, consequentemente, do respeito a ela". Dessa maneira, as formas mais ocultas de desordem social e de rompimento com o que é considerado altamente humano, são tópicos que devem ser discutidos no contexto escolar, de maneira interdisciplinar, a fim de que a diversidade seja abordada como uma prática social (CANDAU, 2008, p. 5).

CULTURA AFRICANA E AFROBRASILEIRA NA ESCOLA

Rocha (2006, p. 75) afirma que a escola tem um grande papel na construção da igualdade social, e para o autor a unidade de ensino não têm abordado a cultura africana de maneira a valorizar o negro, conforme o exposto:

A preocupação do movimento social negro com a educação vem de longa data. Os estudos e documentos desse movimento evidenciam o interesse. Seus integrantes têm a convicção de que o sistema escolar reproduz uma série de conceitos, ideias e práticas que corroboram com a construção do mito da inferioridade do negro. A escola reproduz o racismo presente na sociedade brasileira. Aliás, não poderia ser diferente, visto que na escola estão todas as contradições presentes na sociedade. Ao omitir conteúdos em relação à história do país, relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para a constituição de uma ideologia de dominação étnico-racial. Segundo os estudiosos da questão, no sistema escolar, o negro chega aos currículos, não como o humano negro, mas sim como o objeto escravo, como se ele não tivesse um passado, ou se tivesse participado de outras relações sociais que não fossem a escravidão. As contribuições e as tecnologias trazidas pelos negros para o país são omitidas. Aliás, o cultivo da cana-de-açúcar, do algodão, a mineração, a tecnologia do ferro eram originárias da onde? Do continente Europeu? A resistência dos negros à escravidão parece não existir, com raríssimas exceções. O continente africano é apresentado como um continente primitivo, menos civilizado. As pirâmides do Egito foram construídas por europeus ou por africanos? Essas lacunas, evidentemente, contribuem para a constituição da ideologia de dominação racial e do mito de inferioridade da população negra (ROCHA, 2006. p. 75).

Abordar a cultura africana e afro-brasileira nas escolas exige do interlocutor muito conhecimento histórico, ter propriedade do discurso e acreditar nele, sentindo a história no mesmo instante em que a conta, ou seja, respeitar os acontecimentos relacionados ao povo africano negro, carregando consigo estes sentimentos somados ao conhecimento. O racismo ainda se mostra presente no Brasil, e isso é percebido quando se reforça a participação do negro escravizado no pro-

cesso de desenvolvimento do país (ROCHA, 2006).

O brasileiro moldou a imagem do negro como se este não tivesse nenhuma história antes da escravidão. Quando se fala do negro, remete-se às imagens de dor e sofrimento e, assim, constrói-se um pensamento errôneo, como se antes dos europeus descobrirem o negro este não tivesse uma biografia. No entanto, antes dos europeus, os negros levavam a vida da sua maneira, seguindo seus costumes e filosofias, com registros históricos presentes em todo o mundo. Portanto, é fundamental inserir a cultura africana no conteúdo programático escolar para que os alunos conheçam a sua valiosa história, considerandose, assim, tantos outros registros que vão além da escravidão (ROCHA, 2006).

Hoje, existem circunscrições da cultura afro-brasileira na música popular, literatura, cinema, teatro e televisão, além da culinária, carnaval e tantos outros costumes populares, como festividades e crenças populares. Há ainda uma expressiva contribuição linguística africana para a linguagem oral da língua portuguesa, pouco confirmada na História da Educação e também tem uma certa posição em alguns assuntos aplicáveis ao idioma local. Tal consideração é endossada por Cruz (2005, p. 27):

Algumas reflexões parecem necessárias quando se tenta compreender a invisibilidade dos negros nas abordagens históricas em educação. Se por um lado esse fato pode indicar inexistência da participação desse segmento em crescentes níveis de instrução ao longo da história do Brasil, por outro pode demonstrar que mais uma vez não pareceu relevante considerar os peculiares processos de acesso aos saberes formais instituídos.

A necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante os períodos do Império quanto nos primeiros anos na República, aproximou as camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais. Sendo assim, embora não de forma massiva, camadas populacionais negras atingiram níveis de instrução quando criavam suas próprias escolas; recebiam instrução de pessoas escolarizadas; ou adentravam a rede pública, os asilos de órgãos e escolas particulares.

No que diz respeito ao esforço específico do grupo em se apropriar dos saberes formais exigidos socialmente, mesmo quando as políticas públicas não os contemplavam, fica latente a criação de escolas pelos próprios negros. Ainda se dispõe de poucos registros históricos dessas experiências, embora tenham existido (CRUZ, 2005, p. 27).

É perceptível que no Brasil há diferentes grupos africanos que, ainda que em condições de escravos, remodelaram elementos presentes da cultura africana, inserindoas como parte da cultura brasileira. Conforme o africano inseria-se em território brasileiro, tornava-se afro-brasileiro e, além das características físicas e aspectos genéticos manifestos na população, a música e a religião podem ser manifestações culturais nas quais a presença africana se faça mais presente (CRUZ, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das afinidades sociais e afetivas, as crianças arquitetam as relações de amizade, e no mesmo instante, identificam as diferenças existentes e estabelecem competições com o oposto – por meio disso, pode-se afirmar que, nenhum indivíduo nasce com preconceito ou com o desejo de controlar a vida do próximo – tais atitudes são instaladas no decorrer da vida, conforme a sua existência e o ambiente que o cerca.

Apesar de ser um conceito que hoje talvez soe utópico, quiçá ofensivo, a democracia racial foi usada por militantes negros em décadas passadas – como por exemplo Abdias do Nascimento que dirigiu o jornal O quilombo ente 1948 e 1950 – e retrata de fato a busca de uma sociedade onde fosse garantida a igualdade entre pessoas, independentemente de sua etnia, este era o ideal a ser atingido.

Movimentos que buscavam essa luta eram, em sua grande maioria, ligados aos ideais de esquerda e com o advento da revolução e Regime Militar em 1964, muitas dessas pautas que discutiam a respeito do racismo e afins acabaram sendo sufocadas. Neste cenário houve uma espécie de cisão quando se falava de democracia racial.

Ainda, devemos destacar que os desafios são inúmeros e que o preconceito e a discriminação ainda ocorrem, apesar de haver legislação pertinente nos dias de hoje e por isso, é necessário discutir a diversidade cultural a partir da Educação Infantil. Isso porque, propostas pedagógicas voltadas para a valorização da cultura indígena, que contribuam não só para a difusão desta cultura, mas ainda pode propiciar a diminuição ou mesmo eliminação da exclusão, da discriminação, do racismo e do preconceito. Por isso, a importância de na Educação Infantil trabalhar o tema através de projetos que incentivem a aceitação e o respeito às diferenças, independentemente de raça, gênero, etnia, religião ou cultura.

Acreditamos que para que a luta pela igualdade no campo educacional tenha sentido e efetividade é necessário que caminhemos no sentido de resgatar as memórias dos agentes fundamentais da formação histórica do Brasil.

Para tanto devemos partir de uma reflexão histórica compreendendo o discurso